

LEI Nº 787/2016

ITAPIÚNA, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE  
GOVERNO DE GESTÃO PÚBLICA – PTG  
PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPIÚNA, no uso de suas atribuições legais. Faz saber que a Câmara Municipal de Itapiúna aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** - Fica instituído obrigatoriamente a realização do Processo de Transição de Governo e Gestão Pública – PTG a ser realizado sempre no término de mandatos de Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo entre a gestão que está em fase de encerramento e a gestão futura que se iniciará.

**Parágrafo Único:** Transição de Governo é o processo de articulações administrativas a ser processado entre a gestão que está se encerrando e a nova gestão que será instalada, a transição de governo é o processo institucionalizado que importa na passagem do comando político de um mandatário para outro com objetivo de assegurar a este o recebimento de informações e dados necessários ao exercício da função ao tomar posse.

**Art. 2º** - A formação e realização do PTG devem ser realizadas tanto nas gestões Executivas Municipais no fim de mandato respeitando sempre o período de mandato conforme a legislação brasileira ( Poder Executivo – Prefeito e Secretários ) como nas gestões Executiva da Câmara Municipal de Vereadores ( Mesa Diretora da Câmara ).

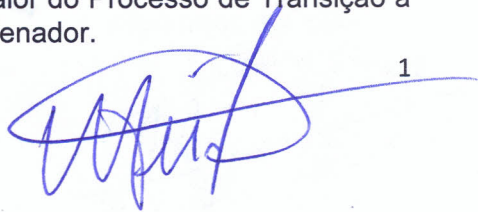
**Parágrafo Único:** No Caso específico da Câmara Municipal deve-se respeitar o período de gestão do presidente da Casa posto em concordância no Regimento Interno da Casa Legislativa.

**Art. 3º** - Ao finalizar os processos eleitorais deve-se ser realizado o início dos trabalhos transitórios entre as partes em duas situações de prazos que são: até sessenta (60) dias antes do início da posse do novo governo ou trinta (30) dias antes da posse do novo governo. Os prazos equivalem tanto para o Poder Executivo como para a Presidência de Câmara Legislativa.

**Art. 4º** - No caso da Presidência da Câmara para dá se início a uma nova legislatura deve-se considerar também o que consta no artigo 2º. e 3º. Cabendo aos vereadores eleitos formar uma comissão de até 7 vereadores, escolhendo entre eles um coordenador para apreciar os trabalhos junto ao PTG da Transferência de Poder legislativo.

**Art. 5º** - Deverão as partes tanto da gestão que se finaliza como a gestão futura formar suas respectivas equipes de Transição, devendo indicar até sete (7) integrantes em cada equipe, não sendo permitido maior número do que esse.

**Art. 6º** - Fica cada equipe através de seu chefe maior do Processo de Transição a informar o nome de seu Coordenador e Vice Coordenador.



1



**Art. 7º** - Tanto a gestão que se finaliza como a nova gestão futura deverão informar os integrantes de suas equipes de transição através de ofício, contendo nome completo, contato: Telefone e E-mail, endereço, CPF e RG de cada componente de suas equipes.

**Art. 8º** - É de responsabilidade do Coordenador de cada equipe conduzir todos os trabalhos de Coordenação e bom desenvolvimento junto às equipes de todo o PTG.

**Art. 9º** - Ficam os poderes em exercício: tanto o Poder Executivo Municipal como a Presidência da Câmara responsável a decretar a abertura do PTG no prazo de quarenta e oito (48) horas a contar da data do término das eleições.

**Art. 10** - Caso os chefes de poderes em exercício não realizar o que consta no artigo 8º a competência da parte vencedora que irá assumir a gestão futura poderá pedir a abertura do PTG junto ao Ministério Público ou a Justiça em exercício.

**Art. 11** - Em caso de desobediência ao que consta no art. 8º ficará os chefes dos poderes em exercício sujeitos a prestar esclarecimentos a as autoridades de competências.

**Art. 12** - Os titulares das secretarias e demais órgãos da administração pública municipal ficam obrigados a fornecer os dados e as informações que forem solicitados pelos coordenadores das equipes de transição, prestando-lhe apoio técnico e administrativo necessários.

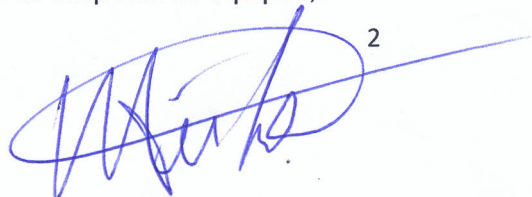
**Art. 13** - Os chefes maiores são o Chefe do Poder Executivo Municipal em exercício e o Presidente da Câmara de Vereadores, respectivamente: Prefeito e Presidente da Câmara e os eleitos respectivamente, Prefeito Eleito e Vereadores eleitos.

**Art. 14** - Compete às equipes de transição desenvolver seus trabalhos dentro dos seguintes princípios:

- I. Respeito entre todos;
- II. Desenvolver os trabalhos com transparência, tanto no tocante a solicitar informações como principalmente ao fornecer as informações;
- III. Solicitar e fornecer dados informativos;
- IV. Participar das reuniões ampliadas e das visitas às secretarias e prefeitura;
- V. Obedecer às orientações de seus coordenadores;
- VI. Porta-se com ética e boa disciplina;
- VII. Agir de forma firme e comprometedor com o bem para o município;
- VIII. Formar os questionamentos com objetividade;
- IX. Respeitar os limites de cada um;
- X. Assinar as atas das reuniões;

**Art. 15** - Compete aos coordenadores das equipes de transição:

- I. Coordenar todos os trabalhos do PTG junto às respectivas equipes;



2



- II. Solicitar e fornecer demais informações durante o PTG;
- III. Dirigir-se sempre que necessário a qualquer autoridade da gestão em andamento como a que se iniciará;
- IV. Fomentar solicitações e fornece-las também;
- V. Responsabilizar-se-á por suas equipes transitórias;
- VI. Compor-se de responsabilidade e ética com todos;
- VII. Assinar toda a documentação referente ao PTG;
- VIII. Ter acessibilidade junto com as equipes a todas as pastas da secretaria, todavia solicitar e agendar as visitas e informações tudo por escrito.
- IX. Ter acesso a todas as informações voltadas para todo e qualquer tipo de contrato licitatório, assim como demais contratos de prestação de serviços, obras, etc.
- X. Coordenar as reuniões ampliadas e convocar qualquer agente público a dá esclarecimentos junto às reuniões ampliadas.
- XI. Assinar no final do PTG o Protocolo de Transição.

**Art. 16 - Compete ao Vice Coordenador:**

- I. Em caso de ausência do Coordenador: substitui-lo em todas as suas funções contidas no artigo 15.

**Art. 17 -** Ao final de todos os trabalhos realizados durante o PTG os coordenadores devem assinar um documento chamado protocolo de transição, é um portfólio contendo todo o registro de trabalhos feitos pelas duas equipes de transição, desde fotos e atas até todas as documentações e informações fornecidas e apuradas. O Protocolo de Transição é o documento comprobatório da existência da feitura do PTG.

**Art. 18 -** Ficam os Coordenadores a efetivar seus trabalhos sempre por escritos através de ofícios, comunicados etc.

**Art. 19 -** Os trabalhos do PTG têm as funções de transitar os mandatos entre as partes com intuito de ajudar e de contribuir de forma democrática com a nova gestão futura para o bem de todo o município.

**Art. 20 -** No caso do não cumprimento desta em não prestar as informações e se negar a realizar o PTG por parte da gestão em atualidade, ficará os gestores a qual de competência sujeita a responder judicialmente, conforme a legislação vigente deste país.

**Art. 21 -** Está lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrárias.

**Paço da Prefeitura Municipal de Itapiúna, aos 11 de outubro de 2016.**



WAUSTON LUIS CAVALCANTE DE FREITAS  
PREFEITO MUNICIPAL